



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Processo: **TC-7190/989/20**

Município: **Cerquillo**

Exercício: **2021**

Aplicação no ensino:	<b>23,57%</b>
Recursos do FUNDEB destinados aos	
Profissionais do Magistério:	<b>86,81%</b>
Despesas com pessoal e reflexos:	<b>40,52%</b>
Saúde:	<b>29,89%</b>

**Senhora Assessora Procuradora-Chefe:**

Em análise contas municipais de Cerquillo,  
relativas ao exercício 2021.

Regularmente notificados os Srs. Aldomir  
José Sanson, José Roberto Pilon e Prefeitura, ingressou a Administração  
com justificativas. (ev.57)



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Pareceres lançados por esta Corte em  
exercícios anteriores:

2020 - TC- 3207/989/20 - Favorável com recomendações

2019 - TC- 4459/989/19 - Favorável com recomendações

2018 – TC- 4518/989/18 - Favorável com recomendações

Consta dos autos que a **Prefeitura Municipal de Cerquilha** observou as normas constitucionais e legais no que se refere à aplicação na **remuneração dos profissionais do magistério, saúde, despesa com pessoal, transferências de duodécimos ao Legislativo, precatórios e encargos sociais**.

Verifica-se que a Prefeitura não atendeu ao disposto no artigo 212, *caput*, da Constituição Federal, com investimentos da ordem de **23,57%** das receitas resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do **Ensino**, conforme ratificado pelo Setor Especialista. (ev.68)

Diante disso e levando em conta a Nota Técnica SDG Nº 177<sup>1</sup>, acompanho entendimento de que deverá a Origem compensar a diferença até o exercício de 2023 entre o valor aplicado e o valor mínimo exigível para os exercícios de 2020 e 2021.

---

<sup>1</sup> A Emenda Constitucional nº119, de 2022, confere a Estados e Municípios a possibilidade de compensarem no ano de 2023 o que não tenha sido aplicado para alcançar os mínimos obrigatórios no ensino nos anos de 2020e 2021. Essa concessão esgota-se no exercício financeiro de 2023 e os responsáveis não serão penalizados administrativa, civil e criminal pelo não atingimento dos mínimos no ensino nos anos de 2020e 2021



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Quanto às anotações referentes ao item **B.1.11. Subsídios Dos Agentes Políticos**, (Pagamentos a maior a ocupantes de cargo de Secretário Municipal e equiparado), sustenta a Prefeitura que *em relação ao inciso X, do artigo 37 da C.F., não houve revisão geral anual para os ocupantes dos cargos políticos desde a edição da Lei Municipal nº 3.369/2020, de modo que os valores permanecem inalterados.*

Complementou que os pagamentos efetivados foram calcados em legislação local específica em consonância com o histórico da *“mesma métrica de cálculo aplicada pelo Município, o que demonstra a inequívoca boa-fé dos setores da Municipalidade, em consagração ao Princípio da Legalidade, já que nada pesa sobre a legislação encimada.”*

Entretanto, salvo engano, a questão em foco seria o recebimento de *diferenças remuneratórias referem-se a quinquênios, sextas partes, abonos e adicionais pagos a servidores ocupantes de cargo de Secretário Municipal e Assessor Jurídico (equiparado a Secretário), em desatendimento ao art. 39, § 4º, da Constituição Federal e aos julgados dessa E. Corte de Contas, conforme anotado no laudo da fiscalização.*

O fato de a defesa também sustentar que os valores percebidos a título de subsídio incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer natureza, não ultrapassaram os valores percebidos pelo Prefeito Municipal, não lhe socorre.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Diante disso, proponho seja instada à Câmara Municipal para que adote providências junto à Procuradoria do Município, objetivando o ressarcimento de valor pago em excesso aos ocupantes de cargo de Secretário Municipal e equiparado, de acordo com o laudo da fiscalização.

Os apontamentos relacionados aos itens

**B.1.10. Demais Aspectos Sobre Recursos Humanos:** (Cargos em comissão desprovidos das características da espécie (reincidência));

**B.1.10.1. Contratações de Pessoal Por Tempo Determinado:** (Contratações excessivas, sem apresentação de justificativas ou demonstração de excepcionalidade e transitoriedade (reincidência)), não obstante explanação constante da defesa, foram enfrentados no exercício anterior e recomendações constam do r. Parecer lançado no TC - 3207/989/20.

Quanto a série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M) o município possui a seguinte:

EXERCÍCIOS	2019	2020	2021
IEG-M	B	B	C+
i-Planejamento	B+	B	C
i-Fiscal	B+	B	B
i-Educ	C+	C+	C+
i-Saúde	B+	C+	C+
i-Amb	B	C	C+
i-Cidade	C+	C	C
i-Gov-TI	A	A	A

Obs.: Índices do exercício em exame após verificação/validação da Fiscalização.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

No exercício examinado, Cerquilho retrocedeu o **conceito geral para C+**, devendo promover ações para melhora dos níveis de eficiência, eficácia e efetividade impressos à aplicação dos recursos públicos.

Com relação aos apontamentos nos itens:

**A.1.1. Controle Interno; A.2. leg-M – I C.2. leg-M – I-Educ-Planejamento; A.2.1. Fiscalização Ordenada (Ouvidoria); D.2. leg-M – I-Saúde; E.1. leg-M – I-Amb; F.1. leg-M – I-Cidade; H.1. Perspectivas De Atingimento Das Metas Propostas Pela Agenda 2030 Entre Países-Membros Da ONU, Estabelecidas Por Meio Dos Objetivos De Desenvolvimento Sustentável – ODS; e Atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal**, embora genéricas as explicações e considerando justificativas e providências regularizadoras comunicadas, proponho, de uma forma geral, sejam relevadas as impropriedades anotadas, sem embargo de recomendação para que a Origem se abstenha das práticas impugnadas e adote medidas objetivando melhorar os índices apurados, em especial os conceitos indicados pelos índices C e C+, e que a Fiscalização, por ocasião do próximo exame in loco, confirme a adoção das medidas corretivas.

Itens relacionados à Gestão Fiscal foram analisados pelo setor abalizado (ev. 71) que concluiu favoravelmente a aprovação das contas.

### Conclusão



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ante o exposto, manifesto-me pela emissão de parecer **favorável às contas da Prefeitura de Cerquillo**, relativas ao exercício de **2021**, sem prejuízo das recomendações sugeridas ao longo desta manifestação.

À consideração de Vossa Senhoria.

A.T.J. 23 de setembro de 2022.

Paulo Sergio de Souza Loureiro

Assessoria Técnica